# O “APARTHEID” NA ESCOLA PÚBLICA

*Manuel Pereira dos Santos **

Este governo, e em particular o seu Ministro da Educação e Ciência, que gosta de repetir que se pauta “pelas melhores práticas internacionais”, escolheu para a seleção dos alunos ao longo do seu percurso escolar uma prática internacional adotada na África do Sul até 1994, o chamado “apartheid”: separam-se as crianças em dois grupos, os “burrinhos” (ou “não vocacionados para o prosseguimento de estudos no ensino superior”, no “eduquês” de Nuno Crato) e os “espertos” (ou “destinados a prosseguir estudos superiores”). E quanto antes se fizer essa “decantação” melhor, pois escusa-se de se “perder tempo” a ensinar “coisas inúteis” para o primeiro grupo, para os quais basta o velho (e salazarento) “saber ler, escrever e contar” da “escola do meu tempo” (na expressão de Nuno Crato)…

É um facto que estas duas categorias têm uma estranha “coincidência” com o “esvaziamento” ou “suculento recheio” das contas bancárias dos respetivos progenitores… mas também todos devemos reconhecer que é sabido que o dinheiro, além da felicidade, também traz a inteligência… ou não estivessem os colégios privados muito mais abastecidos de inteligência do que a escola pública, pois albergam sobretudo os tais meninos “segregados” e “inteligentes”.

E na mente dos atuais responsáveis governamentais do MEC ainda soa a máxima que perdurou até há 70 anos: *“o trabalho liberta”*… Ora “apartando” logo de início os alunos “vocacionados para o trabalho”, a quem basta fornecer uma estrita formação para o “trabalho manual” (que Nuno Crato concretizava, referindo os talhantes, canalizadores e eletricistas…), pode-se cortar ainda mais nas verbas do Ministério da Educação e Ciência, otimizando a utilização dessas verbas para a preparação das crianças que verdadeiramente interessam, pois serão a futura elite política, económica e financeira do nosso país: se lhes atribuirmos um “cheque-ensino”, que poderão utilizar para frequentar as escolas privadas (às quais o MEC pode auxiliar igualmente com uns dinheiros públicos, se necessário!), serão necessárias menos escolas públicas e menos professores na administração pública… e todos saímos a ganhar (ou, pelo menos, a troika assim o diz…).

[É verdade que uma justa seleção do leite materno e dos genes parentais, à mistura com um pouco de engenharia genética, quando necessário, traria uma perfeita “ seleção eugénica” desde o início da parentalidade, ainda nas creches, bastante económica e favorável para o futuro do nosso país (e de outros…), e poder-se-ia antecipar o “apartheid” duns tardios 8/9 anos para a idade dos bebés. Mas como esta solução, que ficou pelo caminho na sua fase de implementação na Alemanha, no século passado, tem um certo grau de impopularidade ainda, talvez de momento o MEC a deva manter em reserva, e implementar apenas a

Congresso 5 SPGL
Os desafios da docência
perante o recuo dos direitos de cidadania
5 e 6 de fevereiro de 2015
fórum Lisboa

solução durante o ensino "primário"…]

Claro que o Ministério ainda tem de acorrer pressuroso ao "aviso" da Chanceler Merkel relativo ao "excesso de diplomados" existente em Portugal (bem como na Espanha e Grécia!): é verdade que já se está a implementar a exportação de parte desse "stock" em excesso – engenheiros, enfermeiros, investigadores, por exemplo – para países do norte da Europa, mais necessitados e que não "exageraram" na produtividade de diplomados. Mas o MEC pretende cortar o mal pela raiz, "podando" os ramos desnecessários de formações e saberes verdadeiramente inúteis para um país pequeno como Portugal: não é aceitável que, não se tendo feito anteriormente o "apartheid" que seleciona os verdadeiramente inteligentes (… e ricos…) para frequentarem as universidades, isto transforma-se numa enorme confusão, em que se está a permitir que os filhos dos "vocacionados para o trabalho" andem a frequentar universidades e cursos superiores que deviam conduzir às profissões melhor remuneradas aqueles cujas famílias merecem, pela sua riqueza e inteligência…

E o MEC já constatou que o ensino politécnico não resolveu o problema do ensino de segunda qualidade: não é que as escolas politécnicas se puseram a fazer investigação, a formar nesta os seus docentes, e a competir em qualidade com as universidades… e ainda por cima reclamam financiamentos para essas atividades? Só mesmo uma política clara de distinção entre estes dois tipos de escolas pode resultar para se poupar também neste sector… Vamos portanto separar o "trigo do joio": aos que acederam ao ensino superior, mas são "semi-burrinhos" (ou "vocacionados para formações mais práticas e menos prolongadas"), que não tiveram acesso aos colégios particulares que atribuem as notas mais elevadas, ou aos explicadores individuais, impedimos de irem para as universidades, pois terão menos de 14 valores… e terão direito apenas a "semi-licenciaturas" (*sic*, na expressão de Nuno Crato!) de 2 anos, que já lhes chegam e sobram muito bem… E até se consegue ter umas estatísticas mais "jeitosas" a mostrar na Europa, sem desafiar a Doutora Ângela Merkel nem a troika!

Para as universidades ficaremos portanto com os que atinjam mais de 14 valores, qualquer que seja a forma (não aferida, claro!) como os atinjam, que serão uns verdadeiros "Cristianos Ronaldos" dos estudos, e provêm de famílias dispostas a pagar as propinas necessárias a esses estudos (embora por agora aquela "oposição" do Tribunal Constitucional não permita colher aqui melhores receitas… mas certamente que não poderá durar para sempre…).

Aliás, o Governo e o MEC até se questionam se, para um país com uma dívida como a Portuguesa – "que é para pagar", pois "os portugueses não são gregos"! – fará sentido ter um sistema tão dispendioso como o do ensino superior, pelo menos a parte mais cara, das universidades… pois os "inteligentes" sempre terão dinheiro para mandar os seus filhos estudar para os Estados Unidos ou outros países estrangeiros onde as universidades estão no topo dos rankings, e aqui em Portugal bastariam os politécnicos, reduzidos aos seus "TESPs" de meia-licenciatura…

Parece ficção? Qual é a parte que (ainda) não é verdade? Se nos mantivermos desatentos, isto será uma realidade antes sequer de nos podermos aperceber…

Parece incrível que, mais de 200 anos depois da Revolução Francesa e da Constituição dos Estados Unidos reconhecerem direitos humanos básicos, 70 anos depois de uma guerra ter derrotado ideias semelhantes às atrás referidas, 40 anos depois de Abril, e até mais de 20 depois da queda do "apartheid", haja de novo quem tenha a lata de propor uma espécie de "apartheid" social e económico, ainda por cima baseado na discriminação dentro da escola pública???!!!...

A tua luta não terminou, Nelson Mandela… mas estaremos cá todos juntos, de todos os nossos países, para a ganhar!

VIVA A EDUCAÇÃO

PÚBLICA

DE QUALIDADE

PARA TODOS

EM PORTUGAL, EM ANGOLA, NA INGLATERRA…

EM TODO O MUNDO!

* Vice-Presidente do SPGL